



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA - MG

PROVA OBJETIVA - ENSINO SUPERIOR

Cargo: CONTADOR

Processo Seletivo – Nº 04/2025 de 14 de dezembro de 2025

PROVA OBJETIVA



LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 01 - O candidato recebeu do fiscal o seguinte material:
- a) este **Caderno de Questões**, com o enunciado das 20 (vinte) questões objetivas com valor de 5 pontos cada questão de Português, Legislação e Conhecimentos específicos.
 - b) **Cartão-Resposta** destinado às respostas das questões objetivas formuladas nas provas.
- 02 - O candidato deve verificar se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **Cartão-Resposta**. Caso não esteja nessas condições, o fato deve ser **IMEDIATAMENTE** notificado ao fiscal.
- 03 - Após a conferência, o candidato deverá assinar, no espaço próprio do **Cartão-Resposta**, com **caneta esferográfica de tinta indelével preta ou azul, fabricada em material transparente**.
- 04 - O candidato deve ter muito cuidado com o **Cartão-Resposta**, para não o **dobrar, amassar ou manchar**. O **Cartão-Resposta SOMENTE** poderá ser substituído se, no ato da entrega ao candidato, já estiver danificado.
- 05 - Logo após a autorização para o início das provas, o candidato deve conferir se este **Caderno de Questões** está em ordem e com todas as páginas. Caso não esteja nessas condições, o fato deve ser **IMEDIATAMENTE** notificado ao fiscal.
- 06 - Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 4 alternativas classificadas com as letras (a), (b), (c), (d) só uma responde adequadamente ao quesito proposto. O candidato só deve assinalar **UMA** letra no **Cartão-Resposta**, preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, com **caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada em material transparente**, de forma contínua e densa. A leitura óptica do **Cartão-Resposta** é sensível a marcas escuras; portanto, os campos de marcação devem ser preenchidos completamente, sem deixar claros. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **mesmo que uma das respostas esteja correta**.
- Exemplo: (A) ● (C) (D)
- 07 - As questões objetivas são identificadas pelo número que se situa ao lado do seu enunciado.
- 08 - **Será eliminado** deste Certame o candidato que:
- a) for surpreendido, durante as provas, em qualquer tipo de comunicação com outro candidato;
 - b) portar ou usar, durante a realização das provas, aparelhos sonoros, fonográficos, de comunicação ou de registro, eletrônicos ou não, tais como agendas eletrônicas e (ou) similares, gravadores, *pen drive*, mp3 *player* e (ou) similar, fones de ouvido, chaves com alarme ou com qualquer outro componente eletrônico, relógios de qualquer natureza, telefones celulares, microcomputadores portáteis e (ou) similares;
 - c) se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o **Caderno de Questões** antes do permitido e (ou) o **Cartão-Resposta** a qualquer tempo;
 - d) se recusar a entregar o **Caderno de Questões** e (ou) o **Cartão-Resposta**, quando terminar o tempo estabelecido;
 - e) não assinar a **lista de presença** e (ou) o **Cartão-Resposta**.
- Obs.** O candidato só poderá ausentar-se do local de prova após **1 (uma) hora** contada a partir do efetivo início dela.
- 09 - É recomendável que o candidato reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **Cartão-Resposta**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **Caderno de Questões NÃO serão levados em conta**.
- 10 - O tempo disponível para esta Prova objetiva é de **2 (duas) horas**, já incluído o tempo para marcação do **Cartão-Resposta**, findo o qual o candidato deverá, obrigatoriamente, entregar o **Cartão-Resposta**, o **Caderno de Questões** e assinar a **Lista de Presença**.
- 11 - O candidato só poderá levar o **Caderno de Questões** após decorridas **1 hora** do início da prova.
- 12 - As questões e os gabaritos das Provas Objetivas serão divulgados a partir do primeiro dia útil após sua realização, no site da **FRONTE CONCURSOS E PROJETOS** (www.fronteprojetos.com.br).

PORTUGUÊS

Texto de Apoio:

A tirania do relógio

A vida moderna nos impôs uma relação paradoxal com o tempo: quanto mais ferramentas temos para economizá-lo, menos parecemos possuí-lo. A tecnologia, que prometia nos libertar das tarefas mecânicas para o ócio criativo, transformou-se em uma coleira digital. O "agora" tornou-se obsoleto antes mesmo de acontecer, atropelado pela notificação seguinte que exige atenção imediata.

Nesse cenário, a pressa deixa de ser uma necessidade circunstancial e passa a ser um estado de espírito, quase uma virtude corporativa. Quem para, pensa; e quem pensa, na lógica da produtividade desenfreada, está perdendo tempo. No entanto, é nos intervalos, no silêncio entre uma tarefa e outra, que a vida realmente acontece e onde a saúde mental respira.

QUESTÃO 01 - Com base na leitura do texto, infere-se que o autor defende a tese de que:

- (A) A tecnologia falhou completamente em seu propósito inicial, devendo ser descartada para a recuperação da qualidade de vida.
- (B) A produtividade corporativa é a única forma viável de organização social, apesar dos efeitos colaterais na saúde mental.
- (C) Existe uma contradição contemporânea onde os avanços tecnológicos, criados para otimizar o tempo, acabaram por intensificar a sensação de falta dele.
- (D) O ócio criativo é uma consequência direta e natural do uso de ferramentas digitais que automatizam tarefas mecânicas.

QUESTÃO 02 - Assinale a alternativa em que o emprego do sinal indicativo de crase **NÃO** está em conformidade com a norma-padrão da Língua Portuguesa:

- (A) À medida que os prazos encurtavam, a tensão na equipe aumentava consideravelmente.
- (B) O diretor referiu-se àquelas propostas antigas que foram arquivadas sem análise prévia.
- (C) O acesso à informação pública é um direito assegurado pela Constituição a todos os cidadãos.
- (D) O novo regulamento da empresa não se aplica à pessoas que foram contratadas antes de 2020.

QUESTÃO 03 - Assinale a alternativa em que a pontuação está empregada de acordo com a norma-padrão, considerando a estrutura sintática do período:

- (A) Os documentos que foram assinados ontem, devem ser enviados ao departamento jurídico, imediatamente.
- (B) Naquela tarde chuvosa de terça-feira, os diretores, reuniram-se para definir, as novas metas anuais.
- (C) O projeto, embora tenha sido aprovado com ressalvas, será executado conforme o cronograma, visando ao cumprimento dos prazos.
- (D) É importante destacar que, a falta de recursos financeiros, inviabilizou a conclusão da obra, no prazo estipulado.

QUESTÃO 04 - Em qual das palavras abaixo o número de **fonemas** é superior ao número de **letras**?

- (A) GUERRA
- (B) TÁXI
- (C) CHUVA
- (D) CAMPO

QUESTÃO 05 - Assinale a alternativa em que a divisão silábica de todas as palavras está **CORRETA**:

- (A) SUB-ES-TI-MAR / P-NEU-MÁ-TI-CO
- (B) FEL-DS-PA-TO / GNO-MO
- (C) AB-RUP-TO / CA-NE-TA
- (D) TUNG-STÊ-NIO / BIS-A-VÔ

QUESTÃO 06 - No trecho "...na **lógica** da produtividade desenfreada...", o vocábulo destacado recebe acento gráfico por ser proparoxítono. Assinale a alternativa em que a palavra apresentada é acentuada, rigorosamente, pela **mesma regra**:

- (A) Cenário.
- (B) Ínfimo.
- (C) Saúde.
- (D) Insuportável.

LEGISLAÇÃO

QUESTÃO 07 - A interpretação dos princípios administrativos tem sido ampliada pela doutrina e pela jurisprudência, sobretudo quando se exige que a atuação estatal vá além da legalidade estrita e incorpore elementos de racionalidade, eficiência e boa-fé. Nesse cenário, considere uma situação em que um órgão público, ao revisar um procedimento interno, decide anular atos que estavam formalmente válidos, mas cuja execução gerou efeitos danosos previsíveis ao interesse público e evitáveis com diligência mínima da Administração. A motivação apresentada fundamentou-se na preservação da confiança dos administrados e na necessidade de alinhar o procedimento aos parâmetros constitucionais contemporâneos.

Nessa situação hipotética, o princípio **preponderante** que sustenta a atuação administrativa é:

- (A) Publicidade, pois a Administração deve assegurar a transparência dos atos, especialmente quando há correção de irregularidades formais.
- (B) Boa-fé objetiva administrativa, que obriga o Estado a respeitar expectativas legítimas e a revisar condutas que contrariem a confiança depositada pelos administrados.
- (C) Eficiência, porque qualquer medida destinada a aperfeiçoar resultados é suficiente para autorizar a invalidação de atos já praticados.
- (D) Impessoalidade, que veda favoritismos e fundamenta a revisão de qualquer ato que possa gerar desigualdade material entre os administrados.

QUESTÃO 08 - A Administração Pública, ao manejar seus poderes, deve compatibilizar discricionariedade, vinculação e controle institucional. Suponha que determinada agência reguladora, ao fiscalizar uma concessionária de energia, identifica risco iminente à coletividade e, com fundamento legal, determina a suspensão imediata de parte das operações, mesmo não havendo ainda dano consumado. A empresa sustenta que a medida seria abusiva por limitar sua atividade econômica sem _____ decisão _____ judicial. Considerando a natureza e os limites dos poderes administrativos, a atuação da agência fundamenta-se predominantemente:

- (A) No poder hierárquico, diante da necessidade de garantir disciplina interna e obediência entre entes regulados.
- (B) No poder de polícia, dada a prerrogativa estatal de restringir direitos individuais para prevenir riscos e proteger interesses coletivos.
- (C) No poder disciplinar, pois a agência exerce controle punitivo sobre entidades privadas equiparadas a agentes públicos.
- (D) No poder regulamentar, já que a Administração possui competência para editar normas técnicas vinculantes sempre que houver risco à ordem pública.

QUESTÃO 09 - Determinada autarquia federal, ao revisar contratos antigos, constatou que diversos atos de autorização haviam sido praticados por autoridade que ocupava o cargo de forma irregular, por nomeação posteriormente considerada nula. Contudo, a revisão apontou que tais atos haviam produzido efeitos benéficos, estavam dentro da competência material da autarquia e foram praticados em conformidade com a legislação vigente à época. Em vista disso, discute-se se é possível preservar os atos já praticados, evitando prejuízo a terceiros.

À luz do regime jurídico dos atos administrativos, a preservação dos atos praticados nessa hipótese decorre prioritariamente da aplicação:

- (A) Da teoria do funcionário de fato, que reconhece a validade dos atos praticados por agente irregular quando presentes boa-fé e aparência de legitimidade.
- (B) Da convalidação administrativa, já que todo ato originado de vício de competência pode ser convalidado independentemente de requisitos adicionais.
- (C) Do princípio da autotutela, pois basta a revisão interna para que a Administração decida livremente se manterá ou invalidará atos anteriores.
- (D) Da doutrina dos motivos determinantes, que impede a anulação sempre que o agente tenha indicado fundamento legal, ainda que inexistente.

QUESTÃO 10 - Uma concessionária de transporte municipal decide alterar unilateralmente parte de suas rotas e reduzir a frota em determinados horários, justificando a decisão com base em estudos internos sobre redução de demanda. O município, ao tomar conhecimento, determina que a empresa retorne imediatamente ao serviço contratado, alegando que tais mudanças violam o regime jurídico aplicável. Sob a ótica da prestação adequada do serviço público, a conduta da concessionária:

- (A) É legítima, porque a concessionária possui autonomia técnica plena para redefinir parâmetros operacionais desde que mantenha a continuidade do serviço.
- (B) É ilegítima, porque alterações estruturais no serviço dependem de anuência prévia do poder concedente, sob pena de violação ao princípio da modicidade e da adequação.
- (C) É válida apenas se a concessionária comprovar que a redução da frota não compromete a eficiência do serviço perante os usuários.
- (D) É tolerável, considerando que a concessionária assume o risco do negócio e pode ajustar o serviço conforme variações econômicas sem necessidade de concordância estatal.

QUESTÃO 11 - Em um órgão federal, coexistem empregados públicos regidos pela CLT, servidores estatutários ocupantes de cargos efetivos e agentes temporários contratados para atender necessidade excepcional de interesse público. Durante auditoria, identificou-se que um grupo de temporários vinha desempenhando, há anos, funções permanentes, com supervisão hierárquica e rotina idêntica à dos ocupantes de cargos efetivos. Pergunta-se: diante desse cenário, qual a conclusão juridicamente adequada?

- (A) Os temporários podem adquirir estabilidade excepcional, caso comprovem exercício continuado por mais de três anos.
- (B) Os empregados públicos possuem prioridade de transformação de seus vínculos em cargos efetivos quando comprovado desvio de função institucional.
- (C) Há desvirtuamento da contratação temporária, que não pode ser utilizada para suprir necessidades permanentes da Administração, sob pena de burla ao concurso público.
- (D) Os servidores estatutários podem requerer equiparação remuneratória com os temporários, dada a identidade de tarefas desempenhadas.

QUESTÃO 12 - Considere que um município, ao reestruturar sua administração, extinguiu determinados cargos efetivos e criou funções de confiança destinadas a servidores comissionados, justificando a medida como estratégia de “modernização administrativa”. Entretanto, verificou-se que as funções criadas não se relacionavam com direção, chefia ou assessoramento, mas consistiam em atividades operacionais e permanentes. À luz da Constituição e da doutrina majoritária, tal situação revela:

- (A) Exercício regular da autonomia municipal, que permite ampla liberdade para reorganização funcional da Administração.
- (B) Possibilidade de nomeação discricionária, desde que haja lei formal autorizando a criação de funções públicas.
- (C) Viabilidade jurídica apenas se as funções forem destinadas a servidores efetivos, independentemente da natureza das atribuições.
- (D) Desvio inconstitucional de finalidade, pois funções de confiança não podem substituir cargos efetivos nem assumir tarefas típicas de natureza permanente.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 13 - A finalidade maior atribuída à Contabilidade Aplicada ao Setor Público sofreu expansão normativa ao longo dos últimos anos. Considerando o papel dessa contabilidade no processo decisório, assinale a alternativa que melhor representa, segundo as normas vigentes, o foco conceitual que diferencia a contabilidade pública da contabilidade empresarial tradicional.

- (A) A mensuração dos estoques e dos ajustes a valor justo, como elementos centrais de avaliação da eficiência operacional.
- (B) O fornecimento de informações sobre a execução orçamentária, financeira e patrimonial, visando ao controle social e à responsabilização dos gestores públicos.
- (C) A determinação da rentabilidade institucional a partir da apuração de superávits operacionais em bases mensais.
- (D) A avaliação dos investimentos governamentais com foco exclusivo no regime de competência do setor privado.

QUESTÃO 14 - A interpretação conceitual das receitas públicas requer atenção para o regime adotado, bem como para o momento em que ocorre o reconhecimento contábil. À luz da doutrina e do MCASP, assinale a alternativa que expressa corretamente o critério dominante para reconhecer uma receita orçamentária.

- (A) Reconhecimento apenas quando do efetivo ingresso financeiro, vinculando o registro à liquidez imediata.
- (B) Reconhecimento simultâneo ao fato gerador, independentemente de previsão na lei orçamentária.
- (C) Reconhecimento no momento da arrecadação, quando a receita efetivamente ingressa nos cofres públicos e se torna disponível ao ente estatal.
- (D) Reconhecimento condicionado à celebração prévia de convênio ou contrato administrativo específico.

QUESTÃO 15 - A anulação de receitas é tratada de modo específico pela Contabilidade Pública, especialmente quanto aos seus impactos nos demonstrativos fiscais. Considerando o que estabelecem o MCASP e a legislação correlata, assinale a alternativa correta acerca da natureza da anulação de receita.

- (A) Constitui registro redutor da receita originalmente arrecadada, não configurando despesa pública e devendo ser evidenciada como dedução no próprio grupo da receita.
- (B) Depende de autorização legislativa específica, sendo tratada como despesa orçamentária adicional.
- (C) Implica sempre renúncia de receita, enquadrando-se nos requisitos do art. 14 da LRF.
- (D) Corresponde a cancelamento de restos a pagar não processados oriundos da receita contaminada.

QUESTÃO 16 - A constituição da dívida ativa representa etapa crucial na recuperação de créditos públicos. Considerando o processo de inscrição e seus efeitos contábeis, assinale a afirmativa correta.

- (A) A inscrição em dívida ativa transforma o crédito vencido em título passível de cobrança executiva, registrando-se variação patrimonial aumentativa no momento do reconhecimento do direito a receber.
- (B) A dívida ativa somente pode abarcar créditos tributários, excluindo todas as naturezas não tributárias.
- (C) A inscrição em dívida ativa extingue a obrigação principal, mantendo passível de cobrança apenas os acréscimos legais.
- (D) A dívida ativa é contabilizada exclusivamente como receita orçamentária, independentemente de sua recuperação.

QUESTÃO 17 - A classificação da despesa pública cumpre papel estratégico na transparência fiscal. Considerando a classificação por natureza da despesa e sua estrutura lógica, assinale a alternativa correta.

- (A) A modalidade de aplicação indica o grupo de natureza da despesa e é determinada pela finalidade do gasto.
- (B) O elemento de despesa identifica o objeto do gasto, detalhando a natureza específica do que será adquirido ou contratado pelo ente público.
- (C) O identificador de resultado primário classifica a despesa conforme sua categoria econômica, substituindo a necessidade de classificação funcional.
- (D) A categoria econômica distingue despesas quanto ao seu impacto patrimonial, separando gastos de cunho financeiro e patrimonial.

QUESTÃO 18 - A Lei nº 14.133/2021 redesenhou os modelos licitatórios, ampliando possibilidades metodológicas. Considerando seus dispositivos, assinale a alternativa que representa adequadamente a lógica por trás da seleção do modelo licitatório.

- (A) A adoção do modelo de leilão é obrigatória sempre que houver venda de bens móveis inservíveis da Administração.
- (B) O diálogo competitivo aplica-se preferencialmente a obras de engenharia de baixa complexidade e a serviços rotineiros.
- (C) O pregão permanece restrito exclusivamente à aquisição de bens comuns, excluindo serviços comuns.
- (D) A escolha do modelo deve observar a natureza do objeto, a complexidade da solução demandada e o nível de detalhamento previamente disponível pela Administração.

QUESTÃO 19 - A inscrição de restos a pagar e sua execução exigem observância de requisitos legais e contábeis. Assinale a alternativa que melhor reflete a interpretação atual sobre o tema.

- (A) Restos a pagar processados são aqueles cuja execução financeira está concluída, mas ainda sem liquidação formal.
- (B) Restos a pagar não processados dependem de autorização legislativa específica para cancelamento.
- (C) A inscrição de restos a pagar independe da disponibilidade financeira ao final do exercício.
- (D) Restos a pagar processados decorrem de despesas liquidadas, enquanto os não processados referem-se a despesas empenhadas mas ainda não liquidadas.

QUESTÃO 20 - A LRF estabelece condicionantes para que o gestor público mantenha o equilíbrio das contas. Considerando suas exigências normativas, assinale a alternativa correta.

- (A) A assunção de obrigações financeiras futuras pode ser realizada sem estimativa de impacto, desde que haja previsão genérica na LDO.
- (B) A execução orçamentária somente pode ser ajustada no último quadrimestre, quando avaliados os limites fiscais.
- (C) A renúncia de receita exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro e demonstração de que não afetará as metas fiscais, salvo exceções legais previstas.
- (D) A criação de despesa obrigatória de caráter continuado dispensa compensação quando vinculada a convênio federal.